

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Wlterma Ara / 10.09.85

JARCOS HENRIQUE



Diversos índios relataram os maus-tratos de que têm sido vítimas

Índios denunciam as torturas que sofrem

Marlene Galleazzi

— Mulheres índias, depois de muitas horas detidas, próximo à sua aldeia, por elementos da Polícia de Mato Grosso, tiveram que fazer suas necessidades fisiológicas em frente a eles. Rafael, um dos líderes da Nação Rikbaktsa que habita o norte de Mato Grosso, à beira do rio Juruana, próximo ao Pará, teve que passar pelo vexame de ser jogado ao chão, amarrado, chutado e desarmar o seu povo perante os policiais armados com metralhadoras e revólveres. Um antropólogo da Funai, Célio Horst, homem forte da nova administração, foi o quem sem autorização de Gerson da Silva Alves, e tendo a cobertura do Ministério do Interior, comandou toda a operação, festejando depois, com a distribuição de arcos e flexas, que teve como objetivo maior defender as terras que, apesar de pertencerem a uma Reserva Florestal, por decreto assinado, hoje estão ocupadas por um fazendeiro.

Estas e outras denúncias foram feitas, ontem, em Brasília, por 11 líderes da Nação Rikbaktsa e pelo sertanista Odenir de Oliveira, que presidiu a Comissão, instituída no dia 13 de agosto, pelo ex-presidente Gerson da Silva Alves. Os índios usam a palavra para provar o que dizem, Odenir, por sua vez, uma farta documentação, toda xerocopiada para provar. Uma documenta-

ção que, sem dúvida alguma, deverá ir aos Tribunais.

Os índios, que chegaram a Brasília no domingo, afirmam que não voltam à sua aldeia antes de conseguir tudo o que lhes foi tomado na verdadeira operação de guerra, desde os arcos, as flexas, em número de 500, e as velhas armas que usam para a caça, além do direito de ocuparem as terras em questão. Afora isto, eles querem saber porquê no dia 1º de agosto, o secretário de Segurança de Mato Grosso, desembargador Oscar Travassos, recebeu um telex, de nº 274, do Minter, assinado por Maurício Vasconcelos onde, em nome do ministro Costa Couto, agradecia as providências tomadas em relação à solicitação anterior. Os índios querem saber exatamente quem é o responsável pela

agressão, pela autorização do envio de 8 aviões, 50 policiais e algumas lanchas e quem mandou o antropólogo Célio Horst à área, à frente da operação. De uma coisa eles estão certos: "Gerson da Silva Alves, ex-presidente da Funai, poderia até saber do acontecimento, mas decididamente não foi ele quem autorizou. A ordem, ao que tudo indica, partiu de cima".

A história que culminou com a tortura e agressão dos índios da Nação Rikbaktsa, também conhecida como Canoeiros, começou em 8 de maio deste ano, quando resolveram ocupar as terras que já tinham sido suas. Em 1961, por decreto governamental, aquelas terras foram transformadas em Reserva Florestal. Por isso, os índios, em 1974, foram transferidos para um lo-

cal mais próximo, mas com o direito de usarem a Reserva para extração de castanha, de seringa, caça e pesca.

Inexplicavelmente, mais tarde, as terras foram vendidas a um fazendeiro de nome Luiz Tavares e um sócio seu. Eles proibiram os índios de usarem a terra, da maneira que vinham fazendo. Por este motivo, no dia 8 de maio deste ano, os canoeiros resolveram ocupar a área, daí surgindo toda confusão que culminou com os fatos agora denunciados. Os índios, que estão em Brasília, afirmam que solicitaram à Funai a demarcação da terra, mas, o que ocorreu foi a ida do antropólogo Célio Horst à região, pedindo que os índios se retirassem. Como isto não aconteceu, no dia 31 de julho, 8 aviões sobrevoaram a área, dando cobertura às lanchas que chegavam trazendo 50 policiais, fortemente armados.

Eles prenderam os índios na casa da Fazenda e depois os obrigaram a deixar as terras. No dia seguinte, 1º de agosto, segundo o Cacique Rafael, "Célio voltou à aldeia e festejou com os fazendeiros e os soldados a retirada dos índios".

Uma comissão de Inquérito foi instalada. O presidente dela, Odenir Pinto de Oliveira, que documentou tudo, inclusive a conta do Hotel de Célio, paga pelo fazendeiro, em Cuiabá, foi demitido pelo atual presidente Villas Boas. Segundo o processo, são fortes as indicações de que a Polícia de Mato Grosso foi solicitada por Brasília.

Juruana, de novo

Nova crise entre o cacique Juruana e o Ministério do Interior. Apesar de ter sido contra a nomeação de Alvaro Villas-Boas para a presidência da Funai e depois ter concordado, principalmente após conseguir a nomeação de um de seus sobrinhos para a Assessoria do órgão, o deputado-cacique, no último domingo, rompeu com o ministro Costa Couto. Foi por telefone. Agora, como consequência do fato, Juruana vai começar a abrir as baterias contra a Funai.

Outro índio também famoso ameaça romper com o Minter. É Marcos Terena, assessor para Assuntos Indígenistas, do Ministério da Cultura. Ele declarou que não concorda com a nomeação de Villas-Boas para a presidência da Funai e que considera isto um "verdadeiro retrocesso".

Marcos Terena esteve, ontem, no Ministério da Justiça, acompanhado de um grupo de índios, para saber do ministro Fernando Lyra os motivos que levaram a Polícia Federal a marcar presença na Funai, durante todo o dia de ontem. "Este tipo de repressão não aceitamos contra o índio," afirmou.